



Setembro
2018

Resultado do
Tesouro Nacional

Brasília, 26 de outubro de 2018

Resultado Fiscal do Governo Central

Receitas, Despesas e Resultado do Governo Central
Brasil – 2017/2018 – Valores Nominais

R\$ Milhões

Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2017/2018

Discriminação	Jan-Set		Variação (2018/2017)		Setembro		Variação (2018/2017)	
	2017	2018	% Nominal	% Real (IPCA)	2017	2018	% Nominal	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	986.395	1.083.402	9,8%	6,2%	103.934	111.617	7,4%	2,7%
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	168.312	186.717	10,9%	7,2%	14.218	14.957	5,2%	0,6%
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	818.083	896.685	9,6%	5,9%	89.717	96.660	7,7%	3,1%
IV. DESPESA TOTAL	927.649	982.297	5,9%	2,3%	112.539	119.639	6,3%	1,7%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL	0	4.021	-	-	0	0	-	-
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV + V)	-109.566	-81.591	-25,5%	-28,6%	-22.822	-22.979	0,7%	-3,7%
Tesouro Nacional e Banco Central	31.852	73.524	130,8%	123,3%	5.323	8.493	59,5%	52,6%
Previdência Social (RGPS)	-141.418	-155.115	9,7%	5,9%	-28.145	-31.472	11,8%	7,0%
VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB	-2,3%	-1,6%	-	-	-	-	-	-

Memorando:

Resultado do Tesouro Nacional	32.506	74.028	127,7%	120,2%	5.425	8.548	57,6%	50,8%
Resultado do Banco Central	-654	-504	-22,9%	-33,3%	-102	-55	-45,9%	-48,0%
Resultado da Previdência Social (RGPS)	-141.418	-155.115	9,7%	5,9%	-28.145	-31.472	11,8%	7,0%

Em setembro de 2018, o déficit primário foi de **R\$ 23,0 bilhões**, frente a déficit de **R\$ 22,8 bilhões em setembro de 2017** (valores nominais).

Em valores reais:

- Set/17: déficit de R\$ 23,9 bi
- Set/18: déficit de R\$ 23,0 bi

No acumulado até setembro de 2018 houve **deficit primário de R\$ 81,6 bi**, frente a **deficit de R\$ 109,6 bi em 2017** (valores nominais).

Em valores reais:

- 2017: déficit de R\$ 114,9 bi
- 2018: déficit de R\$ 82,1 bi

Resultado Fiscal do Governo Central

Principais Variações

*Receitas, Despesas e Resultado do Governo Central
Brasil – 2017/2018 – a preços de setembro/2018*

Resultado Primário do Governo Central- Brasil - 2017/2018

Discriminação	Jan-Set		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	1.037,4	1.101,3	63,8	6,2%
Receita Administrada pela RFB líquida de incentivos fiscais	643,6	685,3	41,7	6,5%
d/q Parcelamentos Especiais	11,5	16,6	5,1	44,3%
d/q PIS/Cofins Combustíveis	12,7	22,1	9,4	74,0%
Demais	619,4	646,6	27,2	4,4%
Receitas Não Administradas pela RFB	115,4	137,9	22,5	19,5%
d/q Cota-Parte de Compensações Financeiras	27,8	42,6	14,8	53,4%
d/q Concessões e Permissões	5,2	13,2	8,0	153,8%
Demais	82,4	82,0	-0,3	-0,4%
Arrecadação Líquida do RGPS	278,4	278,0	-0,4	-0,1%
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	177,0	189,8	12,8	7,2%
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	860,4	911,4	51,0	5,9%
IV. DESPESA TOTAL	975,3	997,6	22,3	2,3%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB	-	4,1	4,1	-
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV + V)	-114,9	-82,1	32,8	-28,6%

No acumulado de janeiro a setembro de 2018, o déficit foi R\$ 32,8 bi menor na comparação com o mesmo período do ano passado.

Essa melhora no resultado decorre do **aumento da receita**. O crescimento da receita foi influenciado pela melhora dos principais indicadores macroeconômicos, além da arrecadação com o PRT/PERT, de mudanças de alíquotas e do comportamento da receita não administrada.

Por outro lado, influenciando negativamente o resultado de 2018, houve uma **elevação da despesa**, condicionada pelo crescimento dos benefícios previdenciários, despesas de pessoal e discricionárias.

Por fim, teve impacto positivo sobre o resultado os resgates do Fundo Soberano (R\$ 4,1 bi).

Resultado Fiscal do Governo Central

Resultado Primário do Governo Central – Acumulado em 12 meses
 Brasil – 2011/2018 – R\$ Bilhões – A preços de set/18 – IPCA



O resultado primário do Governo Central acumulado em 12 meses alcançou **déficit de R\$ 97,2 bi**, equivalente a **-1,43% do PIB**.

O resultado primário do Governo Central previsto para 2018 é **déficit de R\$ 159,0 bi**, equivalente a **2,31% do PIB**.

Resultado Fiscal do Governo Central

Comparativo Outubro a Dezembro: 2017 x 2018

Brasil – R\$ Bilhões – Valores Nominais

Discriminação	2017 Out-Dez	2018 Out-Dez*	Dif.	Variação %
Receita Total	396,7	398,6	1,9	0,5%
Rec. Admin.	223,7	231,2	7,5	3,3%
Rec. RGPS	110,0	116,8	6,9	6,3%
Rec. Não Adm.	64,4	50,5	-13,8	-21,5%
<i>CotaParte de compensações financeiras</i>	9,6	18,4	8,8	91,0%
<i>Demais Receitas (Devolução de Precatórios)</i>	12,7	6,9	-5,8	-46,0%
<i>Concessões e Permissões</i>	27,1	10,0	-17,1	-63,0%
Transf. por Repartição de Receita	60,0	69,2	9,2	15,3%
Receita Líquida	336,7	329,3	-7,3	-2,2%
Despesa Total	351,4	406,7	55,4	15,8%
Benefícios Previdenciários	151,0	164,1	13,1	8,7%
Pessoal e Encargos Sociais	76,4	83,8	7,4	9,7%
Outras Despesas Obrigatórias	41,4	59,0	17,6	42,6%
<i>Abono e Seguro Desemprego</i>	13,0	14,7	1,7	13,0%
<i>Créditos Extraordinários (incluindo Diesel)</i>	0,2	10,1	9,9	-
<i>Subsídios, Subvenções e Proagro</i>	1,1	6,5	5,3	-
Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	82,6	99,8	17,2	20,9%
Resultado Primário	-14,7	-77,4	-62,7	426,8%

*Dec. nº 9.515 de setembro de 2018.

Para o período de outubro a dezembro de 2018 projeta-se um resultado **R\$ 62,7 bi inferior** ao realizado no mesmo período 2017.

Explicam essa variação:

- a contínua pressão de **benefícios previdenciários e despesa de pessoal**;
- a elevação de **Créditos Extraordinários** associados a política de **subsídio ao diesel**;
- o acréscimo nas **transferências**;
- as despesas relativas a execução de **Subsídios, Subvenções e Proagro**; e
- o crescimento das **despesas discricionárias** pela reprogramação dos recursos não executados nos primeiros nove meses pelos ministérios para o período de outubro a dezembro.

Execução Financeira do Governo Central

Limite de Pagamento, Pagamentos Realizados e Empoçamento - até setembro de 2018
R\$ Bilhões – Valores Correntes

Discriminação	Limites de Pagamento	Pagamentos Realizados	Empoçamento
Emendas Parlamentares	10,4	8,0	2,4
Ministério da Saúde	77,5	75,0	2,5
Ministério da Defesa	15,5	13,9	1,6
Ministério da Justiça	4,1	2,8	1,3
Ministério da Educação	22,9	22,1	0,8
Encargos Financeiros da União	5,9	5,1	0,8
Demais	58,8	55,9	2,9
Total	195,0	182,8	12,2

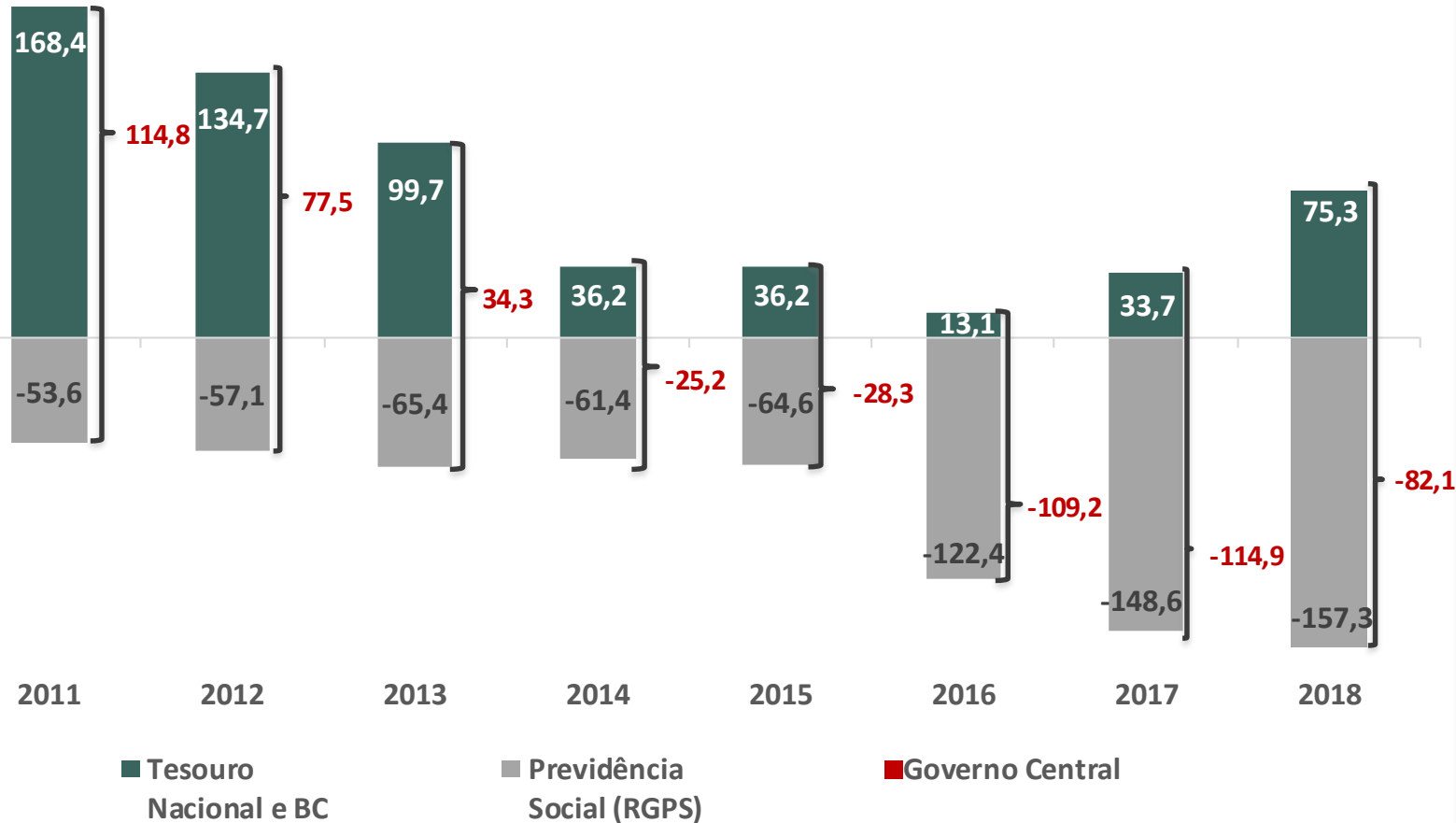
Em setembro de 2018 o **empenho** totalizou **R\$ 12,2 bilhões** apresentando redução de R\$ 555,0 milhões em relação ao mês anterior.

Os Ministérios com os maiores empenhos são: Saúde, Defesa, Educação e Justiça.

Há ainda os Encargos Financeiros da União (EFU) executados em sua maioria pelos Ministérios da Fazenda e do Planejamento e as Emendas Parlamentares (limites não alocados por órgão).

Resultado Fiscal do Governo Central

Resultado Primário do Governo Central – Acumulado no ano -
Componentes Brasil – 2011/2018 – R\$ Bilhões – A preços de set/18 - IPCA



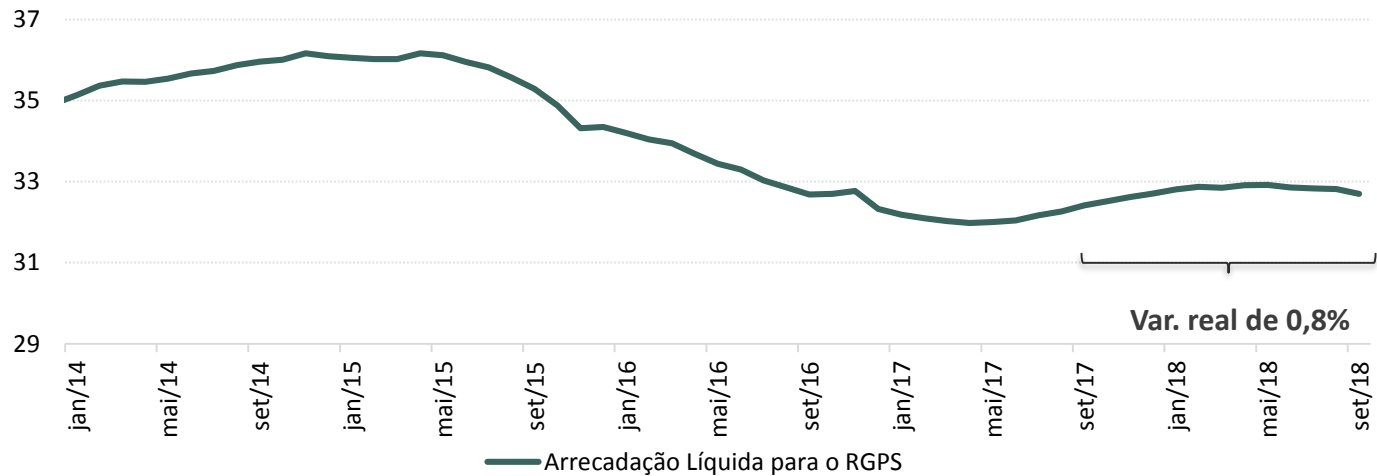
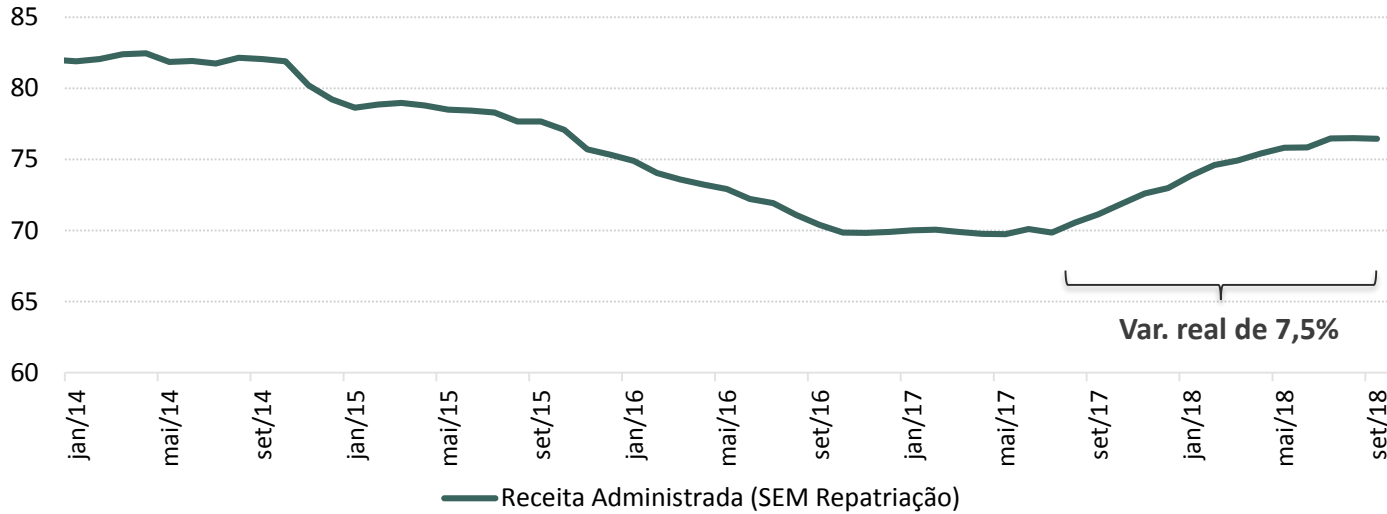
No acumulado de 2018 a previdência social (RGPS) registrou **déficit de R\$ 157,3 bilhões** enquanto o Tesouro Nacional e o Banco Central foram **superavitários em R\$ 75,3 bilhões**.

Os déficits crescentes e acentuados na previdência têm **retirado espaço para a realização de políticas sociais e de investimentos públicos**.

Resultado Fiscal do Governo Central

Receitas Administradas e Arrecadação do RGPS

Receita Administrada pela RFB e Arrecadação RGPS
 Média Móvel 12 meses – R\$ Bilhões – A preços de set/18 - IPCA



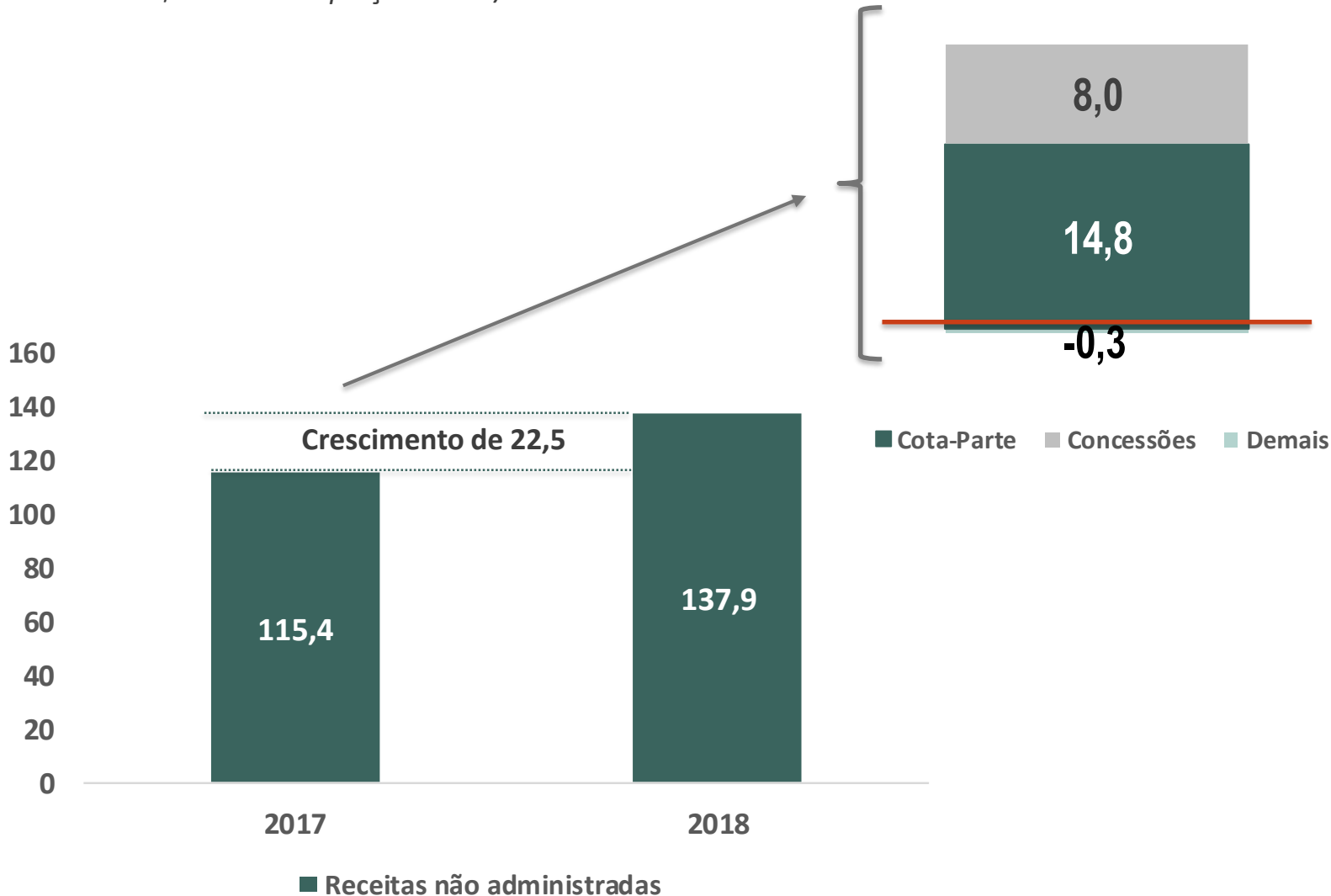
As médias móveis em 12 meses da **Receita Administrada** pela RFB e da **arrecadação líquida para o RGPS** mostram **ganhos reais**.

Houve crescimento real de **7,5%** da **receita administrada** na média móvel em 12 meses até setembro/18, na comparação com a média móvel em 12 meses até setembro/17. Nesse mesmo período, houve **elevação de 0,8%** na **arrecadação líquida para o RGPS**.

Resultado Fiscal do Governo Central

Receitas não administradas

Fatores de elevação da Receita não administrada – Jan-Set 2017 x Jan-Set 2018
 Brasil – R\$ Bilhões – A preços de set/18 - IPCA



Além do crescimento das receitas administradas, houve **crescimento de R\$ 22,5 bi (19,5%) das receitas não administradas** no acumulado de 2018 em relação ao mesmo período do ano anterior.

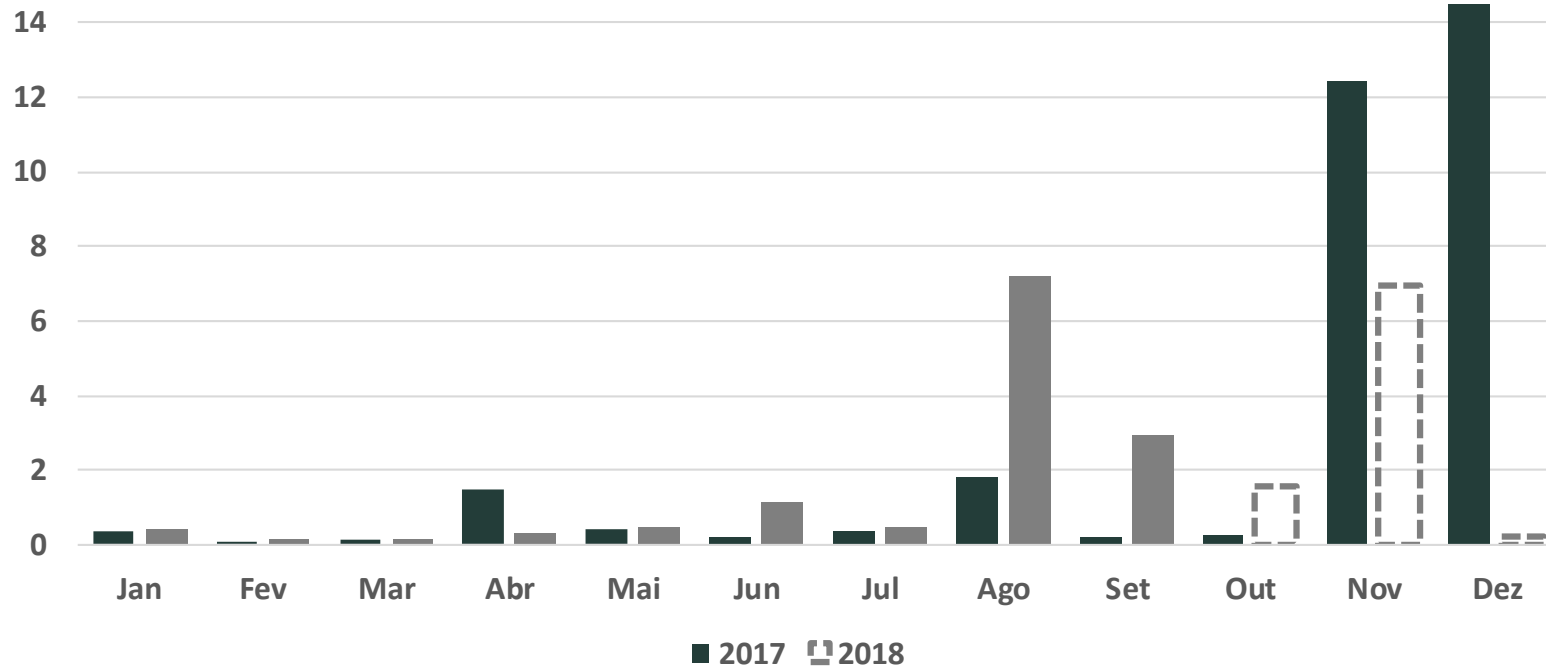
Merecem destaque:

- **Cota-Parte de Compensações Financeiras (+ R\$ 14,8 bi):** aumento do preço internacional do petróleo e do câmbio; e
- **Concessões (+ R\$ 8,0 bi),** antecipação de pagamentos associados à 15ª rodada de concessão de petróleo e gás.
- **Demais (- R\$ 0,3 bi)**

Resultado Fiscal do Governo Central

Concessões e Permissões

Concessões e Permissões – 2017 x 2018
 Brasil – R\$ Bilhões – Valores Correntes



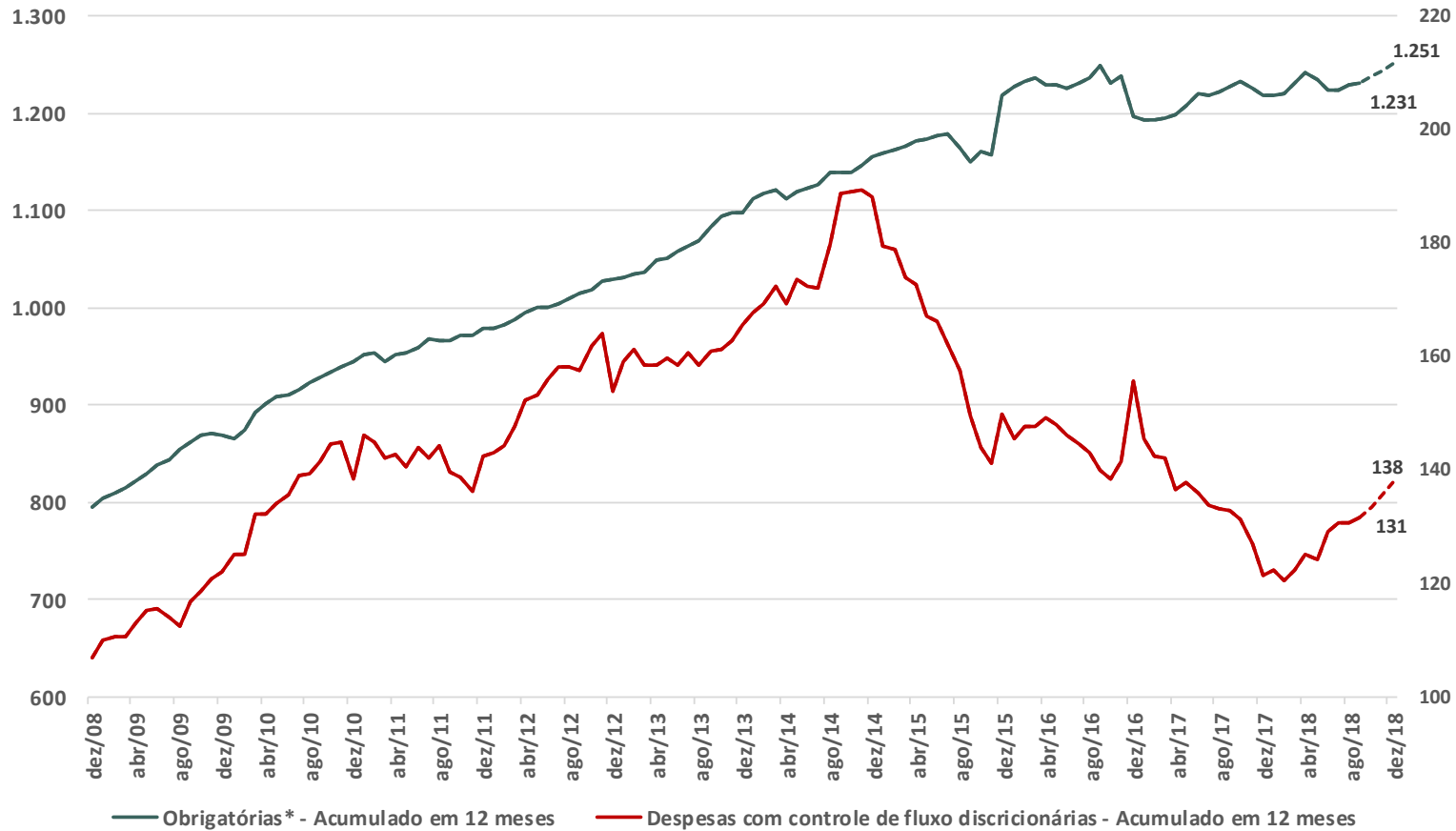
Em setembro de 2018, houve **recebimento de R\$ 2,9 bi em Concessões**, referente ao leilão da 4ª rodada de partilha de pré-sal.

Para 2018, a projeção da receita de Concessões é **R\$ 23,2 bi, contra R\$ 32,1 bi em 2017**.

Vale ressaltar que a receita de Concessões em 2017 foi caracterizada **pela concentração dos recebimentos no último bimestre do ano**. Nos meses de novembro e dezembro, a receita de Concessões **atingiu R\$ 26,9 bi em 2017, enquanto para 2018 a projeção é de receita de R\$ 7,2 bi no último bimestre** referentes aos leilões de partilha de pré-sal.

Evolução de Despesas do Governo Central

Despesas do Governo Central* – Acumulado 12 meses
 Brasil - 2009 a 2018: R\$ Bilhões – A preços de set/18 - IPCA



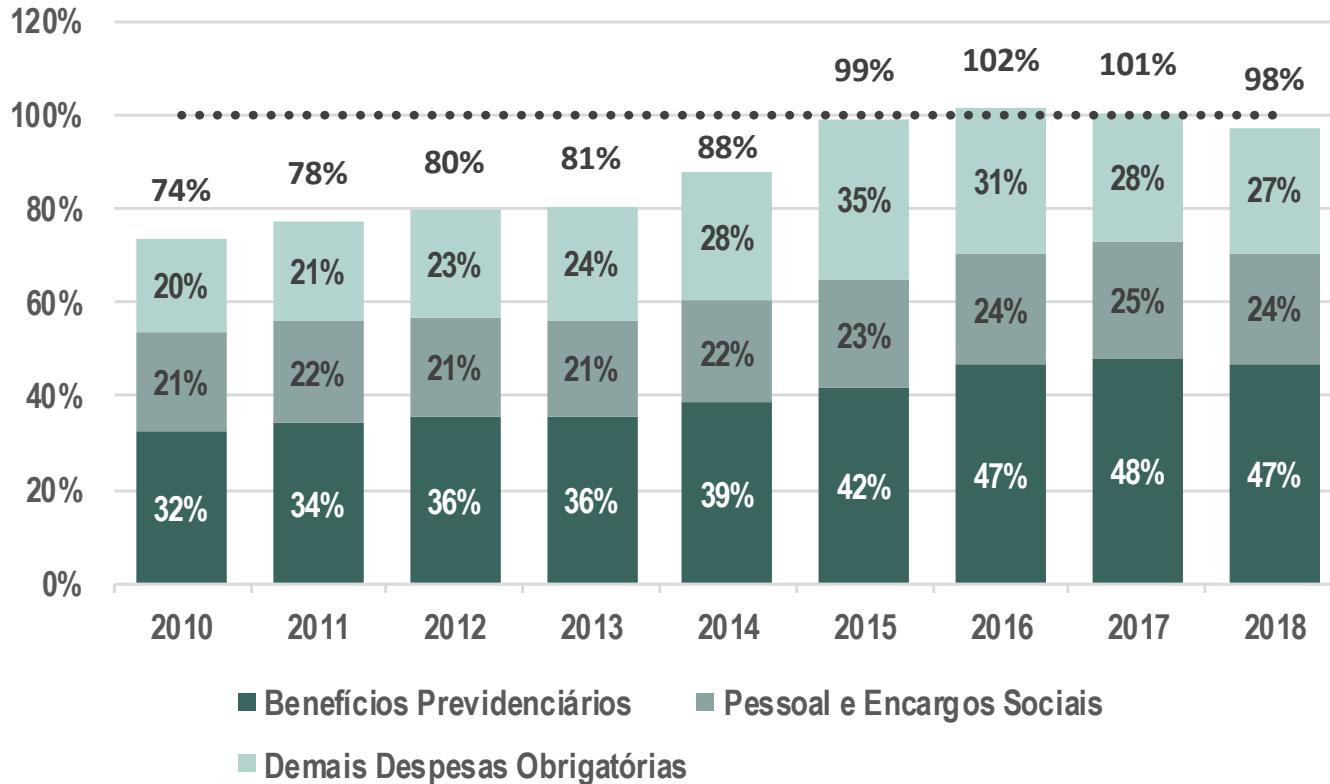
De acordo com o decreto nº 9.515 de 2018, as **despesas discricionárias** atingirão **R\$ 138 bi ao fim de 2018**.

O **crescimento persistente das despesas obrigatórias** implicou **retorno do patamar das despesas com controle de fluxo discricionárias** aos níveis de 2010 (em termos reais).

* Desconsidera capitalização Petrobrás realizada em setembro de 2010.

Evolução de Despesas do Governo Central

Despesas Obrigatórias* como proporção da Receita Líquida – Brasil
2010 a 2017: Anual ; 2018: acumulado 12 meses



As despesas obrigatórias como proporção da receita líquida atingiram o patamar de 98% no acumulado em 12 meses até setembro de 2018.

Para **retornar ao patamar de 2010** seria necessário **uma redução das despesas obrigatórias de R\$ 294,7 bi (4,4% do PIB)** ou **uma elevação da receita líquida de R\$ 398,0 bi (5,9% do PIB)**.

O desafio do **controle da despesa do governo central** nos próximos anos dependerá da dinâmica de crescimento das despesas obrigatórias, em especial, **gastos com previdência e despesas com pessoal**.

*Despesas obrigatórias incluem despesas com controle de fluxo obrigatórias.

Despesas do Governo Central

Resultado Acumulado em Relação ao Ano Anterior

Brasil – Acumulado no ano – 2017/2018 – A preços de set/18 - IPCA – R\$ Milhões

Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - 2017/2018				
Discriminação	Jan-Set		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real (IPCA)
IV . DESPESA TOTAL	975.305,5	997.608,6	22.303,0	2,3%
IV.1 Benefícios Previdenciários	427.023,3	435.373,2	8.349,8	2,0%
Benefícios Previdenciários - Urbano	334.798,8	343.326,5	8.527,7	2,5%
Benefícios Previdenciários - Rural	92.224,5	92.046,7	-177,8	-0,2%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	218.326,2	220.299,1	1.972,9	0,9%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	151.292,2	147.284,4	-4.007,8	-2,6%
Abono e Seguro Desemprego	43.704,2	41.602,2	-2.102,0	-4,8%
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	42.343,9	42.650,9	307,0	0,7%
Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	4.150,7	3.908,3	-242,4	-5,8%
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	604,0	2.034,1	1.430,1	236,8%
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	11.978,0	10.855,8	-1.122,2	-9,4%
FUNDEB (Complem. União)	10.969,0	11.127,9	158,8	1,4%
Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	1.723,5	1.723,5	-
Sentenças Judiciais e Precatórios	10.740,3	13.681,6	2.941,3	27,4%
Subsídios, Subvenções e Proagro	18.473,6	12.979,2	-5.494,5	-29,7%
FIES	3.220,4	2.080,0	-1.140,4	-35,4%
Demais	5.108,0	4.641,1	-466,9	-9,1%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes*	178.663,8	194.651,9	15.988,1	8,9%
Discricionárias Executivo	170.248,0	185.524,4	15.276,4	9,0%
PAC	16.564,7	16.277,5	-287,2	-1,7%
d/q MCMV	2.067,9	2.452,6	384,7	18,6%
Emissões de TDA	31,2	38,3	7,1	22,8%
Doações e Convênios	0,0	160,3	160,3	-
Demais	153.652,1	169.048,2	15.396,2	10,0%
Discricionárias LEJU/MPU	8.415,8	9.127,5	711,7	8,5%
Memorando:				
Outras Despesas de Custeio e Capital**	224.726,7	244.099,9	19.373,1	8,6%
Outras Despesas de Custeio	197.990,2	211.900,6	13.910,3	7,0%
Outras Despesas de Capital	26.736,5	32.199,3	5.462,8	20,4%

* Inclui despesas com controle de fluxo obrigatórias.

** Corresponde à despesa total, excluindo-se pessoal e encargos sociais, benefícios previdenciários, abono e seguro desemprego, subsídios e subvenções econômicas, LOAS/RMV, auxílio à CDE, despesa com fabricação de cédulas e moedas e FIES.

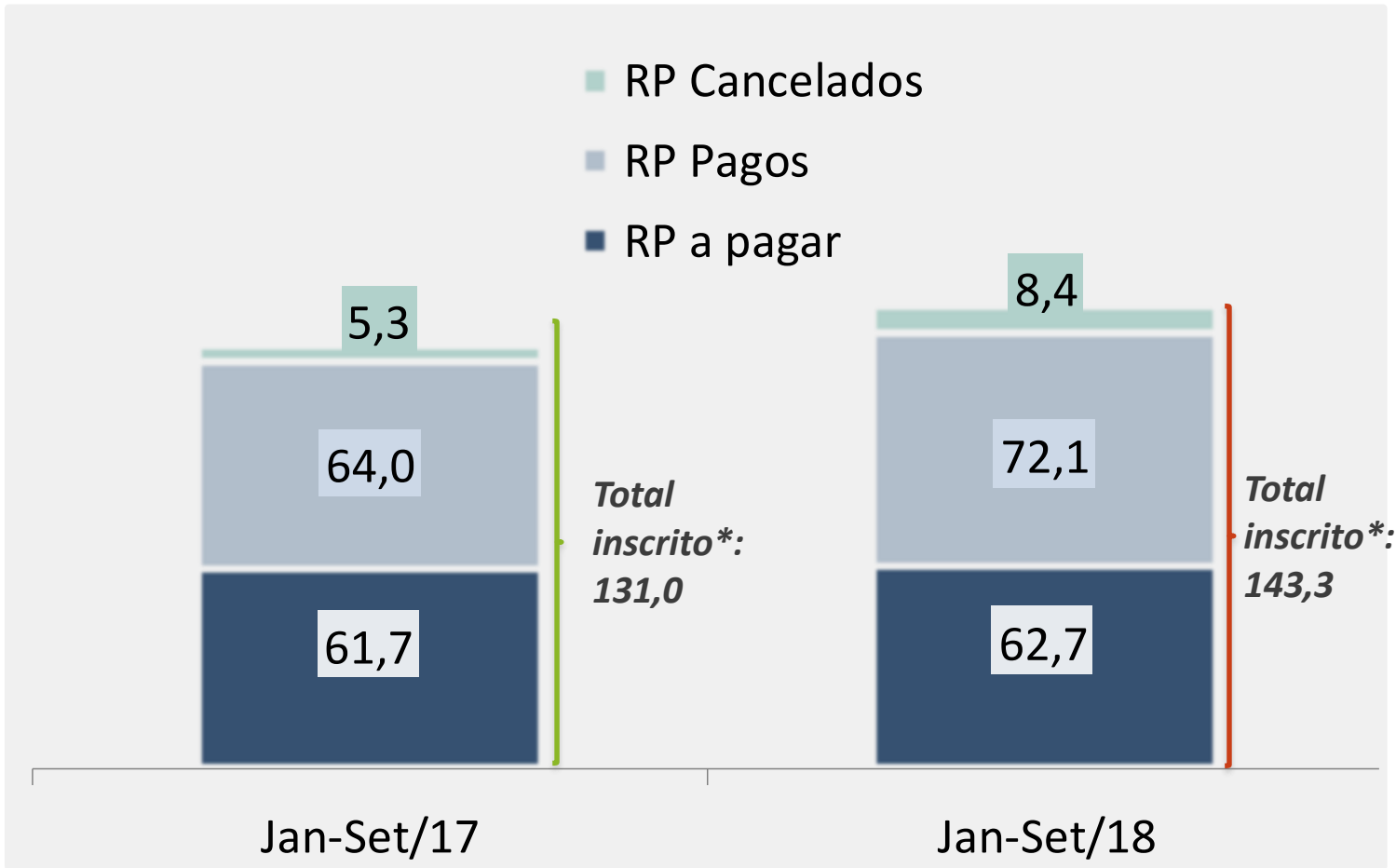
No acumulado no ano de 2018 a despesa total ficou **R\$ 22,3 bilhões (2,3%) superior ao mesmo período de 2017. As principais variações foram:**

- Benefícios Previdenciários **(+R\$ 8,3 bi)**;
- Pessoal e Encargos Sociais **(+R\$ 2,0 bi)**;
- Sentenças Judiciais e Precatórios **(+R\$ 2,9 bi)**;
- Financiamento de Campanha Eleitoral **(+R\$ 1,7 bi)**;
- Subsídios, Subvenções e Proagro **(- R\$ 5,5 bi)**;
- Desp. Discricionárias **(+ R\$ 16,0 bi, sendo R\$ 5,9 bi do Min. Saúde e R\$ 2,7 bi do Min. Defesa (ver slide 26))**; e
- Outras Despesas de Capital **(+ R\$ 5,5 bi)**.

Despesas do Governo Central

Execução de Restos a Pagar*

Brasil – 2017/2018 - R\$ bilhões - Valores Correntes



O montante de **restos a pagar (RAP) pagos** (excetuados os RAP financeiros) até setembro de 2018 correspondeu a **R\$ 72,1 bilhões**, contra **R\$ 64,0 bilhões** no mesmo período do ano anterior.

O estoque atual de **RAP a pagar** totaliza **R\$ 62,7 bilhões**.

* Exclui Restos a Pagar Financeiros que, conforme divulgado no Relatório de Avaliação dos Restos a Pagar divulgado em janeiro de 2018 pela STN, sofreram redução de R\$ 5,2 bilhões entre 2017 e 2018. Para informações adicionais ver: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/617267/RAP2018/41def350-93ab-4dbc-8b78-d05d54f5f0fb>

Acompanhamento do Novo Regime Fiscal

Brasil – 2017/2018 – Preços Correntes

Pagamento total em 2017

✓ R\$ 1.258.942.158.054,50

Limite para 2018

⚠ R\$ 1.347.880.652.352,64

Pagamento acumulado em 2018

✓ R\$ 960.451.763.115,09

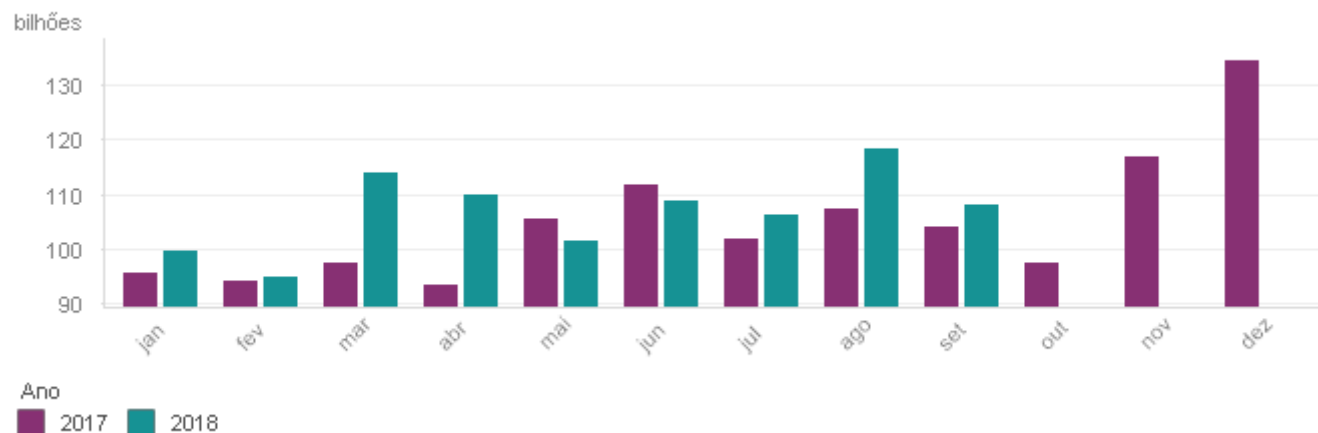
% do teto atingido

71,26%

PAINEL DO TETO DE GASTOS



Pagamento total - Fluxo mensal (R\$)



Acompanhamento do Novo Regime Fiscal

Brasil – 2017/2018 – Preços Correntes

R\$ Milhões

Transferências e despesas primárias do Governo Central sujeitas ao teto da EC 95/2016, por Poder e Órgão

Discriminação	Jan-Set		Variação Nominal %	Margem de Enquadramento (PLOA)
	2017	2018		
II. DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016	910.322	960.452	5,5%	7,1%
II.1 Poder Executivo	871.118	918.666	5,5%	7,1%
II.2 Poder Legislativo	7.821	7.998	2,3%	9,6%
II.2.1 Câmara dos Deputados	3.670	3.787	3,2%	12,8%
II.2.2 Senado Federal	2.821	2.869	1,7%	6,3%
II.2.3 Tribunal de Contas da União	1.329	1.342	1,0%	7,7%
II.3 Poder Judiciário	26.876	29.058	8,1%	7,2%
II.3.1 Supremo Tribunal Federal	400	425	6,3%	16,5%
II.3.2 Superior Tribunal de Justiça	879	958	9,0%	11,0%
II.3.3 Justiça Federal	7.040	7.525	6,9%	5,6%
II.3.4 Justiça Militar da União	326	349	7,2%	10,6%
II.3.5 Justiça Eleitoral	4.319	4.789	10,9%	9,7%
II.3.6 Justiça do Trabalho	12.175	13.161	8,1%	6,8%
II.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	1.653	1.761	6,5%	2,7%
II.3.8 Conselho Nacional de Justiça	84	90	7,6%	79,9%
II.4. Defensoria Pública da União	392	388	-0,9%	5,1%
II.5 Ministério Público da União	4.116	4.342	5,5%	1,9%
II.5.1 Ministério Público da União	4.064	4.290	5,5%	1,7%
II.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público	52	52	0,5%	16,4%

A margem de enquadramento é o percentual de crescimento em 2018, na comparação com 2017, das **despesas sujeitas ao teto** que cada poder/órgão pode apresentar para **cumprir o limite da EC 95**.

A margem de enquadramento **difere** por poder/órgão em razão da diferença entre a **execução e o limite em 2017** e da **compensação** estabelecida pelo Poder Executivo no **PLOA 2018**.

Acompanhamento do Novo Regime Fiscal

Brasil – 2017/2018 – Preços Correntes

R\$ Milhões

Transferências e despesas primárias do Governo Central sujeitas ao teto da EC 95/2016, por Poder e Órgão			
Discriminação	Acum. 2018	PLOA 2018 - valores máximos de programação (ADCT - Art. 107 § 3º)	% Executado
II. DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016	960.452	1.347.881	71,3%
II.1 Poder Executivo	918.666	1.287.843	71,3%
II.2 Poder Legislativo	7.998	11.896	67,2%
II.2.1 Câmara dos Deputados	3.787	5.786	65,5%
II.2.2 Senado Federal	2.869	4.147	69,2%
II.2.3 Tribunal de Contas da União	1.342	1.964	68,3%
II.3 Poder Judiciário	29.058	41.520	70,0%
II.3.1 Supremo Tribunal Federal	425	664	64,0%
II.3.2 Superior Tribunal de Justiça	958	1.404	68,2%
II.3.3 Justiça Federal	7.525	10.595	71,0%
II.3.4 Justiça Militar da União	349	513	68,1%
II.3.5 Justiça Eleitoral	4.789	6.937	69,0%
II.3.6 Justiça do Trabalho	13.161	18.716	70,3%
II.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	1.761	2.478	71,1%
II.3.8 Conselho Nacional de Justiça	90	213	42,3%
II.4. Defensoria Pública da União	388	552	70,4%
II.5 Ministério Público da União	4.342	6.069	71,5%
II.5.1 Ministério Público da União	4.290	5.982	71,7%
II.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público	52	88	59,1%

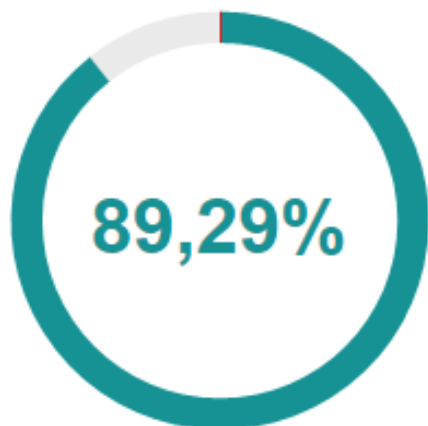
Regra de Ouro

Art. 167 da Constituição Federal

Selecione o mês
de referência

set/18

% da despesa coberta com
receita considerada



Margem de suficiência
dos últimos 12 meses
(em bilhões)

R\$ 95,21

Denomina-se Regra de Ouro os dispositivos legais que vedam que os ingressos financeiros oriundos do endividamento (operações de crédito) sejam superiores às despesas de capital (investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida). Todos os valores expostos estão em bilhões de reais (R\$)

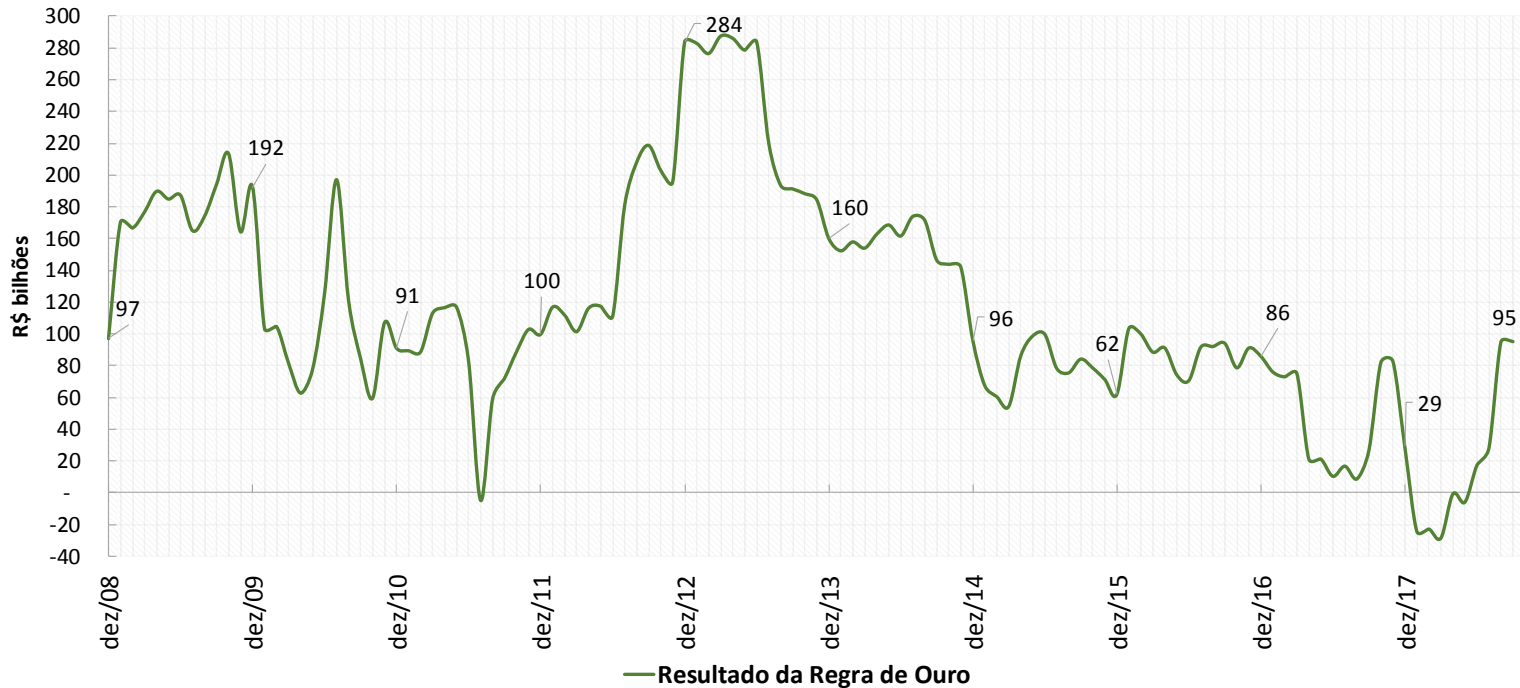
	No Mês	No Ano	Últimos 12 meses
Despesas de Capital	71,47	713,93	889,08
Receita Considerada	50,02	673,34	793,87
Receitas de Operações de Crédito	82,44	766,82	930,52
(-) Variação do colchão da dívida	32,42	93,49	136,65
Resultado	21,45	40,59	95,21

Regra de Ouro

Art. 167 da Constituição Federal

*Suficiência da Regra de Ouro: (Despesa de Capital – Receita com Op. de Crédito)
2008 a 2018: Acumulado em 12 meses – R\$ Bilhões – A preços correntes*

Avaliação da Suficiência para Cumprimento da Regra de Ouro



No acumulado em 12 meses até setembro de 2018, as despesas de capital superaram as receitas de operação de crédito **R\$ 95,2 bilhões.**

A apuração acumulada em 12 meses **não atesta o cumprimento da Regra de Ouro**, que é verificado em bases anuais no Relatório Resumido de Execução Orçamentária.

Regra de Ouro

Art. 167 da Constituição Federal

Suficiência da Regra de Ouro: (Despesa de Capital – Receita com Op. de Crédito) 2018 e 2019 – R\$ Bilhões – A preços correntes

Discriminação	2018			2019
	Cenário Anterior*	Cenário Atual**	Diferença	
Receitas de Operações de Crédito Consideradas (I = a - b)	879,2	871,8	-7,4	1.009,9
Receitas de Operações de Crédito do Exercício (a)	885,8	916,2	30,4	867,2
Varição de Saldo da sub-conta da Dívida (b)	6,6	44,3	37,7	-142,7
Despesas de Capital (II)	879,8	886,5	6,7	749,4
Investimentos	33,6	37,8	4,2	32,7
Inversões Financeiras	69,3	69,9	0,6	71,6
Amortizações	776,9	778,8	1,9	645,1
Margem da Regra de Ouro (III = II - I)	0,6	14,6	14,0	-260,5
Resultado do Banco Central - Fonte 152 (IV)				149,3
Margem da Regra de Ouro considerando Resultado do BC (V = III + IV)				-111,2

* O cenário anterior foi divulgado no Relatório de Avaliação das Receitas e Despesas Primárias do 3º Bimestre de 2018.

** A projeção atual considera vários eventos já ocorridos em 2018, como o pagamento antecipado de R\$ 130 bilhões do BNDES.

Medidas de equacionamento realizadas	2018
BNDES - pagamento antecipado	130,0
Fundo Soberano (FSB)	27,5
Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND)	17,4
Fistel	6,7
Recursos de concessões e permissões*	13,1
PESA	4,4
Total	199,1

* Concessões e Permissões: realocação orçamentária de recursos já disponíveis na fonte 129

A **projeção** atual mostra uma **suficiência de R\$ 14,6 bi** para o cumprimento da Regra de Ouro em 2018 e uma **insuficiência de R\$ 111,2 bi** para 2019.

O governo considera a utilização em 2019 de recursos do resultado do balanço BC do 1º semestre de 2018. Além disso, outras **medidas de equacionamento para assegurar o cumprimento da regra de ouro** em 2019 incluem:

- **Concessões** ainda não consideradas nas projeções fiscais, em particular as relacionadas ao setor de petróleo e gás;
- **Cancelamento de RAPs** (Dec. 9.428 de 2018);
- **Antecipação** em 20 anos do cronograma de pagamento da dívida remanescente do **BNDES**; e
- Otimização de fontes e desvinculação de recursos.



TesouroTransparente

Visite o portal

*Transparência e dados abertos
de finanças públicas acessíveis à sociedade*

Acesse os painéis do Teto de Gastos e de Séries Temporais!

www.tesourotransparente.gov.br

Resultado Fiscal do Governo Central

Receitas, Despesas e Resultado do Governo Central
Brasil – 2017/2018 – Valores Nominais

R\$ Milhões

Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2017/2018

Discriminação	Jan-Set		Variação (2018/2017)		Setembro		Variação (2018/2017)	
	2017	2018	% Nominal	% Real (IPCA)	2017	2018	% Nominal	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	986.395	1.083.402	9,8%	6,2%	103.934	111.617	7,4%	2,7%
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	168.312	186.717	10,9%	7,2%	14.218	14.957	5,2%	0,6%
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	818.083	896.685	9,6%	5,9%	89.717	96.660	7,7%	3,1%
IV. DESPESA TOTAL	927.649	982.297	5,9%	2,3%	112.539	119.639	6,3%	1,7%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL	0	4.021	-	-	0	0	-	-
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV + V)	-109.566	-81.591	-25,5%	-28,6%	-22.822	-22.979	0,7%	-3,7%
Tesouro Nacional e Banco Central	31.852	73.524	130,8%	123,3%	5.323	8.493	59,5%	52,6%
Previdência Social (RGPS)	-141.418	-155.115	9,7%	5,9%	-28.145	-31.472	11,8%	7,0%
VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB	-2,3%	-1,6%	-	-	-	-	-	-

Memorando:

Resultado do Tesouro Nacional	32.506	74.028	127,7%	120,2%	5.425	8.548	57,6%	50,8%
Resultado do Banco Central	-654	-504	-22,9%	-33,3%	-102	-55	-45,9%	-48,0%
Resultado da Previdência Social (RGPS)	-141.418	-155.115	9,7%	5,9%	-28.145	-31.472	11,8%	7,0%

Em setembro de 2018, o **déficit primário** foi de **R\$ 23,0 bilhões**, frente a déficit de R\$ 22,8 bilhões em setembro de 2017 (valores nominais).

Em valores reais:

- Set/17: déficit de R\$ 23,9 bi
- Set/18: déficit de R\$ 23,0 bi

No acumulado até setembro de 2018 houve **déficit primário de R\$ 81,6 bi**, frente a **déficit de R\$ 109,6 bi** em 2017 (valores nominais).

Em valores reais:

- 2017: déficit de R\$ 114,9 bi
- 2018: déficit de R\$ 82,1 bi

Receitas do Governo Central

Resultado Acumulado em Relação ao Ano Anterior

A preços de setembro/18 – IPCA – R\$ Milhões

Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2017/2018				
Discriminação	Jan-Set		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	1.037.447,5	1.101.264,8	63.817,3	6,2%
I.1 Receita Administrada pela RFB	643.650,2	685.335,9	41.685,7	6,5%
Imposto de Importação	24.784,9	30.976,3	6.191,4	25,0%
IPI	34.820,0	41.587,2	6.767,2	19,4%
Imposto de Renda	267.761,8	272.912,3	5.150,5	1,9%
IOF	27.059,0	27.609,4	550,4	2,0%
COFINS	163.429,5	187.314,1	23.884,6	14,6%
PIS/PASEP	43.867,5	49.690,9	5.823,5	13,3%
CSLL	57.014,7	61.747,4	4.732,7	8,3%
CPMF	0,0	0,0	0,0	-
CIDE Combustíveis	4.587,1	3.274,5	-1.312,6	-28,6%
Outras	20.325,8	10.223,8	-10.102,0	-49,7%
I.2 Incentivos Fiscais	-20,6	-12,2	8,4	-40,7%
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	278.439,0	278.049,4	-389,5	-0,1%
Urbana	271.401,4	270.840,9	-560,5	-0,2%
Rural	7.037,6	7.208,5	170,9	2,4%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	115.379,0	137.891,7	22.512,7	19,5%
Concessões e Permissões	5.211,5	13.224,8	8.013,3	153,8%
Dividendos e Participações	4.995,8	6.507,4	1.511,7	30,3%
Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	9.932,1	9.717,5	-214,6	-2,2%
CotaParte de Compensações Financeiras	27.799,7	42.647,7	14.848,0	53,4%
Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	10.478,2	11.073,4	595,3	5,7%
Contribuição do Salário Educação	16.089,8	16.751,5	661,7	4,1%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	4.150,7	3.913,8	-236,9	-5,7%
Operações com Ativos	818,7	836,6	17,9	2,2%
Demais Receitas	35.902,5	33.218,9	-2.683,6	-7,5%

A receita administrada pela RFB, no acumulado de 2018, cresceu R\$ 41,7 bi na comparação com o mesmo período do ano anterior.

Despesas do Governo Central

Resultado Acumulado em Relação ao Ano Anterior

Brasil – Acumulado no ano – 2017/2018– A preços de set/18 - IPCA – R\$ Milhões

Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - 2017/2018

Discriminação	Jan-Set		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real (IPCA)
IV . DESPESA TOTAL	975.305,5	997.608,6	22.303,0	2,3%
IV.1 Benefícios Previdenciários	427.023,3	435.373,2	8.349,8	2,0%
Benefícios Previdenciários - Urbano	334.798,8	343.326,5	8.527,7	2,5%
Benefícios Previdenciários - Rural	92.224,5	92.046,7	-177,8	-0,2%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	218.326,2	220.299,1	1.972,9	0,9%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	151.292,2	147.284,4	-4.007,8	-2,6%
Abono e Seguro Desemprego	43.704,2	41.602,2	-2.102,0	-4,8%
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	42.343,9	42.650,9	307,0	0,7%
Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	4.150,7	3.908,3	-242,4	-5,8%
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	604,0	2.034,1	1.430,1	236,8%
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	11.978,0	10.855,8	-1.122,2	-9,4%
FUNDEB (Complem. União)	10.969,0	11.127,9	158,8	1,4%
Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	1.723,5	1.723,5	-
Sentenças Judiciais e Precatórios	10.740,3	13.681,6	2.941,3	27,4%
Subsídios, Subvenções e Proagro	18.473,6	12.979,2	-5.494,5	-29,7%
FIES	3.220,4	2.080,0	-1.140,4	-35,4%
Demais	5.108,0	4.641,1	-466,9	-9,1%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes*	178.663,8	194.651,9	15.988,1	8,9%
Discricionárias Executivo	170.248,0	185.524,4	15.276,4	9,0%
PAC	16.564,7	16.277,5	-287,2	-1,7%
d/q MCMV	2.067,9	2.452,6	384,7	18,6%
Emissões de TDA	31,2	38,3	7,1	22,8%
Doações e Convênios	0,0	160,3	160,3	-
Demais	153.652,1	169.048,2	15.396,2	10,0%
Discricionárias LEJU/MPU	8.415,8	9.127,5	711,7	8,5%
Memorando:				
Outras Despesas de Custeio e Capital**	224.726,7	244.099,9	19.373,1	8,6%
Outras Despesas de Custeio	197.990,2	211.900,6	13.910,3	7,0%
Outras Despesas de Capital	26.736,5	32.199,3	5.462,8	20,4%

* Inclui despesas com controle de fluxo obrigatórias.

No acumulado no ano de 2018 a despesa total ficou R\$ 22,3 bilhões (2,3%) superior ao mesmo período de 2017. As principais variações foram:

- Benefícios Previdenciários (+R\$ 8,3 bi);
- Pessoal e Encargos Sociais (+R\$ 2,0 bi);
- Sentenças Judiciais e Precatórios (+R\$ 2,9 bi), devido ao crescimento do pagamento de precatórios de custeio;
- Financiamento de Campanha Eleitoral (+R\$ 1,7 bi);
- Subsídios, Subvenções e Proagro (- R\$ 5,5 bi);
- Desp. Discricionárias – Todos os Poderes (+ R\$ 16,0 bi); e
- Outras Despesas de Capital (+ R\$ 5,5 bi).

Despesas do Governo Central

Resultado Acumulado em Relação ao Ano Anterior

A preços de setembro/18 – IPCA – R\$ Milhões

R\$ Milhões

Demais Despesas Discricionárias dos Órgãos do Executivo - Brasil - 2017/2018

Discriminação	Jan-Set		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real (IPCA)
Total	153.652,1	169.048,2	15.396,2	10,0%
Ministério da Saúde	75.393,7	81.325,6	5.931,9	7,9%
Ministério da Educação	22.584,9	22.165,7	-419,1	-1,9%
Ministério do Desenvolvimento Social	25.500,8	26.355,3	854,4	3,4%
Ministério da Defesa	9.206,3	11.875,4	2.669,1	29,0%
Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação	2.763,9	2.715,1	-48,8	-1,8%
Demais órgãos do Executivo	18.202,4	24.611,2	6.408,8	35,2%

Elevação real de 10% nas demais despesas discricionárias do Executivo.

Resultado Fiscal do Governo Central

Resultado Mensal em Relação ao Mesmo mês do Ano Anterior

A preços de setembro/2018 – IPCA – R\$ Milhões

Resultado Primário do Governo Central- Brasil - 2017/2018				
Discriminação	Setembro		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	108.638,4	111.616,8	2.978,3	2,7%
I.1 Receita Administrada pela RFB	67.970,5	67.411,4	-559,1	-0,8%
I.2 Incentivos Fiscais	-2,3	0,0	2,3	-
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	31.484,2	30.019,2	-1.465,0	-4,7%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	9.186,0	14.186,1	5.000,1	54,4%
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	14.861,1	14.956,6	95,5	0,6%
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	93.777,3	96.660,2	2.882,9	3,1%
IV. DESPESA TOTAL	117.632,3	119.639,0	2.006,7	1,7%
IV.1 Benefícios Previdenciários	60.903,4	61.491,0	587,6	1,0%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	22.683,4	22.497,7	-185,7	-0,8%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	13.263,2	13.854,7	591,5	4,5%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	20.782,3	21.795,6	1.013,3	4,9%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB ²	-	0,0	0,0	-
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV + V)	-23.855,0	-22.978,8	876,1	-3,7%
Tesouro Nacional e Banco Central	5.564,2	8.492,9	2.928,7	52,6%
Previdência Social (RGPS)	-29.419,2	-31.471,8	-2.052,6	7,0%
Memorando:				
Resultado do Tesouro Nacional	5.670,4	8.548,2	2.877,8	50,8%
Resultado do Banco Central	-106,2	-55,2	50,9	-48,0%
Resultado da Previdência Social (RGPS)	-29.419,2	-31.471,8	-2.052,6	7,0%

O resultado primário passou de déficit de R\$ 23,9 bi em set/17 para **déficit de R\$ 23,0 bi** em set/18.

Receitas do Governo Central

Resultado Mensal em Relação ao Mesmo mês do Ano Anterior

A preços de setembro/18 – IPCA – R\$ Milhões

Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2017/2018 - R\$ Milhões

Discriminação	Setembro		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	108.638,4	111.616,8	2.978,3	2,7%
I.1 Receita Administrada pela RFB	67.970,5	67.411,4	-559,1	-0,8%
Imposto de Importação	3.050,9	3.529,9	478,9	15,7%
IPI	4.530,4	4.646,8	116,4	2,6%
Imposto de Renda	21.352,0	23.398,4	2.046,3	9,6%
IOF	3.013,9	3.196,5	182,6	6,1%
COFINS	20.291,4	19.988,6	-302,8	-1,5%
PIS/PASEP	5.239,6	5.361,1	121,4	2,3%
CSLL	4.642,8	5.052,9	410,1	8,8%
CPMF	0,0	0,0	0,0	-
CIDE Combustíveis	546,5	224,7	-321,8	-58,9%
Outras	5.302,9	2.012,6	-3.290,3	-62,0%
I.2 Incentivos Fiscais	-2,3	0,0	2,3	-
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	31.484,2	30.019,2	-1.465,0	-4,7%
Urbana	30.586,8	29.633,5	-953,3	-3,1%
Rural	897,4	385,7	-511,7	-57,0%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	9.186,0	14.186,1	5.000,1	54,4%
Concessões e Permissões	187,5	2.907,7	2.720,3	-
Dividendos e Participações	115,9	124,5	8,6	7,4%
Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.095,0	1.046,6	-48,4	-4,4%
CotaParte de Compensações Financeiras	1.623,6	2.676,8	1.053,2	64,9%
Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	940,7	983,9	43,1	4,6%
Contribuição do Salário Educação	1.675,2	2.437,0	761,8	45,5%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	913,1	441,8	-471,3	-51,6%
Operações com Ativos	83,6	84,4	0,8	1,0%
Demais Receitas	2.551,4	3.483,4	932,0	36,5%

Em setembro de 2018, houve **elevação de 2,7% da receita total** na comparação com o mesmo mês do ano anterior.

Despesas do Governo Central

Resultado Mensal em Relação ao Mesmo mês do Ano Anterior

A preços de setembro/18 - IPCA – R\$ Milhões

Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - 2017/2018				
Discriminação	Setembro		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real (IPCA)
IV . DESPESA TOTAL	117.632,3	119.639,0	2.006,7	1,7%
IV.1 Benefícios Previdenciários	60.903,4	61.491,0	587,6	1,0%
Benefícios Previdenciários - Urbano	49.194,2	49.960,2	766,0	1,6%
Benefícios Previdenciários - Rural	11.709,1	11.530,7	-178,4	-1,5%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	22.683,4	22.497,7	-185,7	-0,8%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	13.263,2	13.854,7	591,5	4,5%
Abono e Seguro Desemprego	4.496,5	3.891,3	-605,2	-13,5%
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	4.752,6	4.646,8	-105,8	-2,2%
Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	913,1	441,8	-471,3	-51,6%
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	46,4	1.765,2	1.718,8	-
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	1.132,3	985,8	-146,5	-12,9%
FUNDEB (Complem. União)	912,5	963,9	51,4	5,6%
Fundo Constitucional DF	140,8	125,0	-15,8	-11,2%
Sentenças Judiciais e Precatórios	155,5	154,5	-1,0	-0,6%
Subsídios, Subvenções e Proagro	156,3	478,6	322,3	206,2%
FIES	79,5	12,3	-67,2	-84,5%
Demais	477,7	389,4	-88,2	-18,5%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes*	20.782,3	21.795,6	1.013,3	4,9%
Discricionárias Executivo	19.818,6	20.781,2	962,6	4,9%
PAC	1.694,3	2.300,4	606,1	35,8%
d/q MCMV	99,7	650,3	550,5	551,9%
Emissões de TDA	0,0	12,7	12,6	-
Doações e Convênios	0,0	12,7		
Demais	18.124,3	18.455,3	331,1	1,8%
Discricionárias LEJU/MPU	963,7	1.014,4	50,7	5,3%
Memorando:				
Outras Despesas de Custeio e Capital**	24.524,5	26.564,3	2.039,7	8,3%
Outras Despesas de Custeio	21.730,2	23.223,7	1.493,5	6,9%
Outras Despesas de Capital	2.794,3	3.340,6	546,3	19,5%

A despesa total apresentou acréscimo de R\$ 2,0 bilhões.

Despesas do Governo Central

Resultado Mensal em Relação ao Mesmo mês do Ano Anterior

A preços de setembro/18 – IPCA – R\$ Milhões

Demais Despesas Discricionárias - Poder Executivo - Brasil - 2017/2018

Discriminação	Setembro		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real (IPCA)
Total	18.124,3	18.455,3	331,1	1,8%
Ministério da Saúde	8.677,4	8.272,6	-404,8	-4,7%
Ministério da Educação	3.052,8	2.858,0	-194,8	-6,4%
Ministério do Desenvolvimento Social	2.796,9	3.046,7	249,8	8,9%
Ministério da Defesa	1.156,8	1.253,3	96,5	8,3%
Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação	280,1	395,5	115,4	41,2%
Demais órgãos do Executivo	2.160,3	2.629,3	469,0	21,7%

Elevação real de 1,8% nas demais despesas discricionárias do Executivo.



TesouroTransparente

Visite o portal

*Transparência e dados abertos
de finanças públicas acessíveis à sociedade*

Conheça os novos painéis do Teto de Gastos e de Séries Temporais!

www.tesourotransparente.gov.br